



**Estado do Amazonas
TRIBUNAL DE CONTAS**

ACÓRDÃO Nº 374/2016 – TCE –TRIBUNAL PLENO

1- Processo TCE nº 1900/2012 (13 Volumes).

2- Assunto: Prestação de Contas Anual.

3- Órgão: Secretaria de Estado do Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável - SDS.

4- Exercício: 2011.

5- Responsáveis: Sra. Nádia Cristina D'Ávila Ferreira, Secretária e a Sra. Ruth Lilian Rodrigues da Silva, Secretária Executiva de Gestão e Ordenadora de Despesa.

6- Unidade Técnica: DICAD/AM – Informação nº 46/2016 (fls. 2443/2463).

7- Pronunciamento do Ministério Público junto ao Tribunal de Contas: Parecer nº 1417/2016-MP-ACP, do Dr. Ademir Carvalho Pinheiro, Procurador de Contas (fls. 2464/2465).

8- Relator: Conselheiro Érico Xavier Desterro e Silva.

EMENTA: Prestação de Contas Anual da Secretaria de Estado do Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável - SDS. Exercício de 2011.

Contas Irregulares. Multas. Prazo. Inscrição na Dívida Ativa. Instauração de Cobrança Executiva. Recomendação à origem. Notificação às interessadas.

9- ACÓRDÃO:

Vistos, relatados e discutidos estes autos acima identificados, **ACORDAM** os Excelentíssimos Senhores Conselheiros do Tribunal de Contas do Estado do Amazonas, reunidos em sessão Plenária, no exercício da competência atribuída pelo art. 40, II, da Constituição Estadual, c/c os arts. 1º, II, 2º, 4º e 5º, I, da Lei nº 2423/96 e arts. 5º, II e 11, inciso III, alínea “a”, item 3, da Resolução n. 04/2002-TCE/AM, **à unanimidade**, nos termos do voto do Excelentíssimo Senhor Conselheiro-Relator que passa a ser parte integrante deste Acórdão, **em parcial consonância** com o pronunciamento do Ministério Público junto a este Tribunal, no sentido de:

9.1- Julgar Irregulares as contas da Secretaria de Estado do Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável, do exercício de 2011, de responsabilidade das Sras. **Nádia Cristina D'Ávila Ferreira**, Secretária de Estado do Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável e **Ruth Lilian Rodrigues da Silva**, Secretária Executiva de Gestão, com fulcro no art. 22, III, alíneas “b” e “c”;

9.2- Aplicar multa à Sra. Nádia Cristina D'Ávila Ferreira, nos termos do art. 308, V, da Resolução TCE/AM nº 04/2002, no valor de **R\$ 11.000,00** (onze mil reais) em face das irregularidades de nºs 8, 12, 15, 16, 17, 18, 19, 20, 25, 26, 33, 34;

9.3- Aplicar multa à Sra. Ruth Lilian Rodrigues da Silva, nos termos do art. 308, V, da Resolução TCE/AM nº 04/2002, no valor de **R\$ 6.000,00** (seis mil reais) em face das irregularidades de nºs 8, 12, 15, 16, 17, 18, 19, 20, 25, 26, 33, 34;

9.4- Fixar o prazo de 30 (trinta) dias para o recolhimento das multas aos cofres da Fazenda Estadual, com comprovação perante este Tribunal, nos termos do art.



Estado do Amazonas
TRIBUNAL DE CONTAS

ACÓRDÃO Nº 374/2016 – TCE – TRIBUNAL PLENO

72, III da Lei nº 2423/96 c/c o art. 169, I do Regimento Interno deste Tribunal (Resolução nº 04/2002), autorizando a inscrição do débito na Dívida Ativa e instauração da cobrança executiva, no caso de não recolhimento dos valores da condenação, ex vi o art. 173 do Regimento Interno deste Tribunal de Contas;

9.5- Recomendar à origem que:

a) atente para o devido procedimento licitatório em todas as suas fases, atentando, especialmente, para a norma do art. 63 da Lei 4.320/1964, eis que imprescindíveis para o controle da legalidade dos atos administrativos a serem realizados tanto pelo controle interno, como pelo controle externo;

b) atente para o controle na distribuição de combustível, buscando métodos mais eficazes para seu gerenciamento nos Municípios do interior do Estado;

c) evite a imposição de restrições desnecessárias em novas licitações, de modo a permitir maior concorrência e, em decorrência disso, maior probabilidade de atingir a proposta mais vantajosa para a administração pública;

9.6- Notificar a Sra. Ruth Lilian Rodrigues da Silva e a Sra. Nádia Cristina D'Ávila Ferreira com cópia do Relatório/Voto, e deste Acórdão para ciência do decisório, para que tomem as providências que entenderem cabíveis.

10- Ata: 14ª Sessão Ordinária – Tribunal Pleno.

11- Data da Sessão: 27 de abril de 2016.

12- Especificação do quorum: Conselheiros: Ari Jorge Moutinho da Costa Júnior (Presidente), Julio Cabral, Júlio Assis Corrêa Pinheiro, Érico Xavier Desterro e Silva, Josué Cláudio de Souza Filho, Yara Amazônia Lins Rodrigues dos Santos e Mario Manoel Coelho de Mello.

13- Representante do Ministério Público junto a este Tribunal: Dr. Roberto Cavalcanti Krichanã da Silva, Procurador-Geral.

ARI JORGE MOUTINHO DA COSTA JÚNIOR
Conselheiro-Presidente

ÉRICO XAVIER DESTERRO E SILVA
Conselheiro-Relator

ROBERTO CAVALCANTI KRICHANÃ DA SILVA
Procurador-Geral